



Faculdades de Campinas

Curso de Ciências Econômicas

O Mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000 - A inclusão
da pessoa com deficiência visual

Thais Cristina Cagliari de Souza

Monografia executada sob a orientação do Prof. Dr. Vinicius Gaspar Garcia, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas nas Faculdades de Campinas, sob a coordenação da Equipe de Monografia.

Campinas, 19 de Fevereiro de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito ao Professor Vinicius que me orientou e me ajudou muito na construção desse artigo.

Agradeço também:

Ao Thiago Magalhães e a todos que responderam o questionário.

A Maria Rita

A Luiza Helena, minha mãe por todo apoio e incentivo.

E a todos que sempre acreditaram na minha capacidade.

RESUMO

Esse trabalho discorre, em primeiro lugar, sobre o contexto econômico e o mercado de trabalho nos anos 2000, abordando como os avanços nesse mercado foram importantes para incluir a população como um todo e também as pessoas com deficiência. Na segunda parte do artigo, são discutidos aspectos teóricos da inclusão no sentido da mudança de paradigmas para lidar com essa temática, além de avanços e dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência desde a formação até a inserção no mercado de trabalho. Um estudo de campo, com entrevistas de pessoas com deficiência visual que já estão trabalhando finaliza o artigo.

SUMÁRIO

Introdução.....	
.....	4
1. Contexto econômico dos anos 2000.....	5
1.1 – Principais aspectos da política econômica.....	5
1.2 – Principais mudanças no mercado de trabalho.....	7
2. – A inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e no trabalho.....	9
2.1 – O movimento de inclusão social e políticas públicas.....	9
2.2 – Panorama da inserção no trabalho nos anos 2000.....	13
2.3 – Características do trabalho das pessoas com deficiência visual.....	15
2.3.1 – Dados do Censo Demográfico e da RAIS.....	15
2.3.2 – Entrevistas de campo qualitativas.....	18

Considerações

Finais.....21

Referências

bibliográficas.....22

ANEXO

1.....23

Introdução

Este artigo aborda discorre sobre as consequências que algumas modificações no mercado de trabalho tiveram na forma de inserção das pessoas com deficiência e sobre quais foram as políticas públicas que mais contribuíram para o avanço deste processo, a partir dos anos 2000. Assim, dado o contexto do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, busca-se caracterizar a inclusão da pessoa com deficiência, em particular daquelas com deficiência visual.

Inicialmente, será discutido, de maneira geral, o contexto econômico dos anos 2000 por meio da apresentação dos principais indicadores e aspectos da política econômica no Brasil, terminando a primeira seção tratando das mudanças no mercado de trabalho.

Na segunda parte, será abordada à inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e no trabalho. Primeiramente, discute-se o movimento de inclusão social, que fornece um novo paradigma para lidar com essa temática. Nesse contexto, discute-se brevemente questões ligadas à educação e a formação escolar das pessoas com deficiência, além das principais políticas públicas adotadas nos anos 2000 voltadas para esse segmento. O artigo termina por abordar as características da inserção no trabalho da pessoa com deficiência, de um modo geral, assim como foco específico nas pessoas com deficiência visual,

tanto com base nos Censos Demográficos como através de pesquisas qualitativas (entrevistas).

1 – Contexto econômico e mercado de trabalho nos anos 2000

Essa seção busca fornecer o cenário geral para discussão nesse artigo. Para tanto, está dividida em duas partes: 1.1 – Principais aspectos da política econômica; 1.2 – Principais mudanças no mercado de trabalho.

1.1–Principais aspectos da política econômica

Para analisar o contexto econômico dos anos 2000, precisamos considerar, primeiramente, o arcabouço de política econômica adotado no período. Basicamente, ele é o mesmo desde 1999, sendo chamado de “tripé de política econômica”, esse arcabouço é baseado em políticas de metas de inflação, câmbio flutuante e metas fiscais destinadas a reduzir a relação dívida pública/PIB.

O sistema de metas de inflação, no Brasil, foi instituído em 1999 e consiste em determinar uma margem inflacionária, para cada ano. Esse sistema estabelece que a autoridade monetária deve perseguir o objetivo de controlar a inflação, a qual deve permanecer dentro de um intervalo estabelecido no ano (Serrano e Summa, 2011).

O Brasil ultrapassou a meta de inflação nos anos 2001, 2002, 2003 e 2004 devido a fatores internos e externos. A meta de inflação, por outro lado, foi

atingida nos anos 2000, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2010, em grande parte, pela apreciação da taxa de câmbio nominal.

A tabela 1 apresenta esses dados:

Tabela 1 - Taxa de Inflação (IPCA) - Brasil	
2000	6,0
2001	7,7
2002	12,5
2003	9,3
2004	7,6
2005	5,7
2006	3,1
2007	4,5
2008	5,9
2009	4,3
2010	5,9
Média	6,5

Fonte: Banco Central, Ipeadata.

A questão central é que a inflação no Brasil foi e ainda é uma inflação basicamente de custos. Há forte relação com o câmbio, pois o Brasil importa e exporta uma cesta variada de produtos. Adicionalmente, a mudança dos preços monitorados, a permanência de setores de atividade com preços indexados e o crescimento dos salários em termos reais e nominais afetam a inflação (Serrano e Suma, 2011).

Em termos da política fiscal, um fator muito importante foi a aplicação de uma política macroeconômica expansionista após 2006. Na verdade, como observa Oreiro (2011), há uma mudança da política econômica nesse período, ao

final de 2006. Na avaliação desse autor, há uma alteração na forma de gestão do tripé macroeconômico:

A flexibilização do “tripé macroeconômico” tinha, portanto, como objetivo conciliar estabilidade macroeconômica obtida como “tripé rígido” ao mesmo tempo em que abria espaço para um estímulo maior ao crescimento econômico pelo lado da demanda agregada (maior investimento público, redução da taxa de juros). Essa ampliação do escopo de objetivos do regime de política macroeconômica revela uma mudança na percepção da equipe econômica do governo a respeito da natureza do crescimento econômico. Se na era do “tripé rígido” o crescimento econômico era visto como determinado pelo lado da oferta da economia, na era do “tripé flexível” o crescimento é visto como essencialmente determinado pelo lado da demanda agregada. Daqui se segue que as políticas macroeconômicas serão orientadas, a partir desse momento, para a geração de uma elevada taxa de crescimento da demanda agregada doméstica (Oreiro, 2011, p.3).

A queda da taxa de juros também foi muito importante ao longo dos anos 2000, particularmente também após 2006 com a flexibilização do tripé acima mencionada. Para que se tenha uma ideia, em dezembro de 1999 a taxa básica (Selic), era de 21%. Tivemos variações ao longo da década e a taxa de juros chegou a 26% em 2003, no início do governo Lula. Mas, dez anos depois, em dezembro de 2009 a taxa básica estava em 9% ao ano (BCB, boletim, 2011, Ipeadata).

Nesse cenário, o crédito ficou mais barato e isso junto com outras medidas foi fundamental para aumentar o consumo. Os bancos públicos também ajudaram

muito aumentando o crédito para o consumo, para o setor imobiliário e para o investimento, e principalmente evitando uma crise bancária ao final de 2008 (Serrano e Summa, 2001).

O mercado externo também contribuiu para o crescimento do PIB nos anos 2000. Entre 2003 e 2006 houve um aumento expressivo das exportações (com destaque para as *commodities*). Já em 2006, as exportações caíram um pouco, mas houve um crescimento expressivo do mercado interno, impulsionado por uma política macroeconômica expansionista, conforme colocado.

No intuito ainda de caracterizar o contexto econômico dos anos 2000, vale observar que: “um fator fundamental no aumento dos gastos e transferências governamentais foi o crescimento real do salário mínimo” (Serrano e Summa, 2011, p.4). Com os aumentos na renda média da família, e de forma mais acentuada no salário mínimo, o índice de Gini, que mede a desigualdade, continuou caindo, e o índice de pobreza caiu mais ainda. De acordo com a metodologia¹ desenvolvida por Quadros (2008), o percentual daqueles em extrema pobreza, ou “miseráveis”, recua de 54,9 % em 2000 para 8,4% em 2010².

1 A metodologia desenvolvida por Quadros (2008) parte de um valor aproximado do salário mínimo em 2004, de R\$ 250,00, ano em que ela foi elaborada. As pessoas em famílias cuja renda do membro melhor situado era inferior a esse valor, ficaram na categoria de “miseráveis”. A partir daí foram definidos múltiplos do valor base de R\$ 250,00, ajustado anualmente pelo INPC, para definir os demais estratos sociais.

2 Fonte: <www.perfilsocial.com.br> acesso em: 18/05/2017.

A tabela 2 resume, em termos da evolução do PIB, os dados da atividade econômica nos anos 2000. O país teve PIB médio de 3,7% entre os anos de 2000 e 2010, bem acima da média dos anos anteriores, com exceção do ano de 2009 em que o Brasil sofreu com as consequências da crise mundial, mas se recuperou rapidamente.

Tabela 2 - Variação real PIB- Brasil	
2000	4,3
2001	1,3
2002	2,7
2003	1,2
2004	5,7
2005	3,2
2006	4,0
2007	6,1
2008	5,2
2009	-0,3
2010	7,5
Média	3,7
Fonte: IBGE, Ipeadata.	

Em síntese, a flexibilização d tripé acima mencionada e outros fatores de estímulo foram fundamentais para o aumento do investimento e o crescimento do PIB, o que gerou uma grande oferta de emprego formal o que foi muito importante para a classe trabalhadora, como será visto na próxima seção.

1.2 – Principais mudanças no mercado de trabalho

Nos anos 2000, conforme citado no item anterior, houve aumento expressivo do salário mínimo brasileiro, especialmente durante o governo Lula. Entre 2003 e 2010, houve aumento de 53,6%, em termos reais; ante 21,8% no governo FHC (Serrano e Suma, 2011). Essa política beneficiou bastante as famílias de renda mais baixa, embora a inflação relativamente alta do início dos anos 2000 tenha diminuído o poder de compra de parte da população.

Mas, especialmente a partir de 2004, o ganho real do salário mínimo se soma a outros aspectos positivos. Dado o aumento do PIB, conforme visto na seção anterior, há um crescimento expressivo no trabalho assalariado, formalizado (dentro das leis trabalhistas) o que proporcionou uma melhora na qualidade de vida dos trabalhadores (Baltar e Leone, 2012).

Outro fator que contribuiu bastante para o aumento do consumo é que as famílias de renda mais baixa passaram a ter uma renda pela assistência social, via programas de transferência como o Bolsa Família.

Em resumo, especialmente entre 2004 e 2008 houve um aumento muito expressivo do PIB, o que resultou em elevação das contratações de mão de obra assalariada, que por sua vez possibilitou o aumento do consumo, o que foi fundamental para o crescimento da atividade econômica. O acesso ao crédito pelas famílias, especialmente via bancos públicos, também foi fundamental para o crescimento do PIB (Baltar e Leone, 2012).

Dado esse contexto favorável, a tabela 3 apresenta a evolução da taxa de desemprego ao longo dos anos 2000:

Ano	Taxa de desemprego
2002	12.6
2003	12.3
2004	11.4
2005	9.8
2006	9.9
2007	9.3
2008	7.8
2009	8.1
2010	6.7

Fonte: IBGE/PME.

Analisando o nível de desemprego dos anos 2000 é possível observar que houve uma redução significativa no percentual de desemprego, caindo de 12,6% em 2002 para 6,7% em 2010 nas Regiões Metropolitanas, o que demonstra uma grande melhora no contexto econômico de maneira geral, como havia se destacado no item anterior, principalmente no que se refere ao crescimento econômico. Essa situação favorável ao conjunto dos trabalhadores, como será discutido mais à frente, foi também positiva para a inserção das pessoas com deficiência, embora com maiores níveis de desigualdade.

Portanto, podemos concluir que a mudança (flexibilização) no tripé macroeconômico, associada a outras políticas públicas de apoio ao setor

produtivo³, permitiu avanços ao Brasil em termos de crescimento e mesmo na área social. Já na seção 1.2 podemos concluir que o aumento do salário mínimo junto às melhoras no mercado de trabalho, com diminuição do desemprego, foram muito importantes para o avanço das condições sociais no Brasil na primeira década dos anos 2000.

2 – A inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e no trabalho

Essa seção, dedicada à análise da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e no trabalho está dividida em três partes: a) a discussão conceitual do movimento social de inclusão das pessoas com deficiência e questões ligadas à educação e políticas públicas (item 2.1); b) a apresentação de dados gerais da inserção no trabalho das pessoas com deficiência em 2000 e 2010 (item 2.2); c) o debate sobre a inclusão daqueles com deficiência visual nesse mercado (item 2.3), que será feito com base nos dados no Censo e também com base no resultados das entrevistas qualitativas realizadas no âmbito da realização deste artigo.

2.1 – O movimento de inclusão social e políticas públicas

3 Destacam-se aqui o papel do BNDES e do crédito subsidiado, a expansão dos investimentos da Petrobras e no PAC, particularmente no setor de infraestrutura.

Os principais aspectos teóricos, no sentido da mudança de paradigmas, da inclusão da pessoa com deficiência tanto no trabalho quanto na sociedade serão abordados nesse item. Ao final, discute-se brevemente aspectos relacionados às políticas públicas envolvendo esse segmento, com destaque para inclusão escolar e assistência social. Em um passado não tão remoto, a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil era ainda bastante parcial, pois somente as pessoas com menor grau de deficiência conseguiam se adaptar ao ambiente e assim podiam se inserir. Esse processo foi evoluindo até que, mais fortemente nos anos 2000, colocou-se que os ambientes e as pessoas é que tinham que se adequar às condições das pessoas com deficiência, devendo a sociedade receber pessoas de todo e qualquer grau, independente da deficiência (Sassaki, 2005).

O processo de promoção da inclusão é uma tarefa contínua e precisa ser sempre trabalhada, pois todos os dias são construídos novos edifícios e nova infraestrutura, os quais nem sempre são adaptados para receber deficientes. Além disso, a sociedade em geral não é educada para aceitar pessoas com características diferentes, o que faz necessário um trabalho de conscientização, mostrando que não são os deficientes que devem se adaptar a sociedade, mas sim a sociedade é que deve se adaptar a eles (Sassaki, 2005).

Essa ideia reflete o chamado “paradigma da inclusão”, que por sua vez está baseado no “modelo social” da deficiência, assim definido por Sassaki (2005, p.3):

O modelo social da deficiência, elaborado basicamente por entidades de pessoas com deficiência, aponta as barreiras da sociedade (escola, empresa etc.) que impedem o desenvolvimento das pessoas e sua inserção social (inclusão escolar, inclusão profissional etc.). Essas barreiras se manifestam por meio de: seus ambientes restritivos; suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea; sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que possuem essas necessidades; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana (escolas, empresas, locais de lazer, transportes coletivos etc.).

Nesse processo, a educação inclusiva é muito importante, pois quando ela é exercida a pessoa com deficiência tem oportunidade de estudar em escolas normais, e pode trabalhar tendo uma vida normal. Outra coisa importante é que a sociedade passa a aceitar as pessoas com deficiência, sem discriminação.

A educação inclusiva passou por algumas fases até ocorrer de fato, sendo elas: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. Essas etapas são conceituadas da seguinte forma por Sasaki (2002, p.1):

Fase de exclusão — Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência. Estas eram consideradas indignas de educação escolar.

Fase de segregação institucional — Por absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte das crianças e jovens deficientes, suas famílias se uniram para criar escolas especiais. Hospitais e residências eram também utilizados como locais de educação especial.

Fase de integração — Crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, classes especiais e salas de recursos.

Fase de inclusão — Todas as pessoas são incluídas nas salas comuns. Os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados para acomodar a diversidade do alunado. As escolas levam em consideração as necessidades de todos os alunos.

A semente da inclusão foi plantada, em grande medida, pelo próprio movimento social das pessoas com deficiência. O trabalho dessas organizações fez com que se discutisse politicamente a importância de que todos os ambientes se tornassem acessíveis às pessoas com deficiência.

Portanto, é a sociedade que precisa ser educada para receber as pessoas com deficiência, e não somente essas que devem se adaptar ao ambiente. Esse é o paradigma que define essa questão nos dias de hoje e serve de base para a discussão realizada nesse artigo.

Feita essa breve discussão, para finalizar esse item apresentam-se alguns dados relacionados às principais políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no campo da educação e assistência social.

A tabela abaixo apresenta a evolução de matrículas de pessoas com deficiência na rede de ensino básico:

**Tabela 4 – Total de Número de Matrículas em Educação Especial por tipo de escolas-
Brasil, 2007-2012**

Ano	Escolas		Classes		Total de Matrículas
	Especiais e Exclusivas	%	Comuns	%	
2007	348.470	53,23	306.136	46,77	654.606
2008	319.924	45,99	375.775	54,01	695.699
2009	252.687	39,50	387.031	60,50	639.718
2010	218.271	31,07	484.332	68,93	702.603
2011	193.882	25,77	558.423	74,23	752.305
2012	199.656	24,34	620.777	75,66	820.433

Fonte: Censo da Educação Básica de 2012.

Podemos observar que o número de pessoas com deficiência estudando em “escolas normais” veio aumentando a cada ano. Como contrapartida, diminui o número de matrículas nas chamadas “escolas especiais” exclusivas para pessoas com deficiência, o que é positivo e de acordo com o discutido no “paradigma da inclusão”.

Além da educação inclusiva, e da legislação que garante cotas para pessoas com deficiência (abordada mais à frente), outro eixo central das políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência é o benefício de prestação continuada (BPC), no campo da assistência social. Com base na já referida

metodologia desenvolvida por Quadros (2008), as tabelas abaixo mostram como evoluiu a estrutura social da população com deficiência entre 2000 e 2010.

	N.	%
Alta Classe Média	170.558	2,4
Média Classe Media	290.984	4,1
Baixa Classe Média	1.030.457	14,6
Massa Trabalhadora	1.693.150	24,0
Miseráveis	3.880.717	54,9
Total	7.065.866	100,0

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Fonte: é o censo ou Garcia (ano, p.?) - dúvida

	N.	%
Alta Classe Média	1.225.668	9,6
Média Classe Media	1.896.521	14,9
Baixa Classe Média	4.527.464	35,5
Massa Trabalhadora	4.027.564	31,6
Miseráveis	1.071.447	8,4
Total	12.748.664	100,0

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Os dados mostram que estrutura social da pessoa com deficiência melhorou muito entre 2000 e 2010, especialmente com a diminuição dos “miseráveis”. Pode-se dizer que, em alguma medida, muito devido ao programa social, BPC, que garante um salário mínimo aos deficientes sem condições de trabalhar, o que de fato melhorou muito a vida dessas pessoas.

De acordo com Garcia (2016, p.2):

Em 2000, o BPC era recebido por pouco mais de 800 mil pessoas com deficiência. Há um crescimento praticamente contínuo nessa rede de proteção social, atingindo-se 1,7 milhões de beneficiários em 2010 (Brasil, 2014). Como vimos acima, no mesmo período 2,8 milhões de pessoas com deficiência deixaram a condição de pobreza extrema. Não é possível mensurar com precisão o quanto deste movimento ocorreu em função do BPC, mas é inegável que ele contribuiu de alguma forma. Ao mesmo tempo, a permanência de 1 milhão de pessoas com deficiência vivendo em famílias em condição de “miserabilidade” em 2010 mostra que esta rede de proteção ainda deixa de fora indivíduos que dela necessitam.

Portanto, analisando a seção 2.1 podemos concluir que a vida da pessoa com deficiência, de maneira geral, melhorou após o ano 2000, muito devido ao processo de inclusão escolar baseado no modelo social, e também ao programa que garante um salário mínimo ao deficiente em condição de pobreza.

2.2 - Panorama da inserção no trabalho nos anos 2000

Nesse item a proposta é, antes de trabalhar com a questão da deficiência visual, apresentar dados gerais da inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência no ano 2000. Para tanto, será utilizada a metodologia desenvolvida por Garcia (2010) que, a partir dos dados globais do Censo, dividiu a população com limitação funcional e/ou deficiência declarada em três categorias, da seguinte forma:

- 1) “pessoas com deficiência” (PcD) são aqueles que disseram ter “total” ou “grande” incapacidade para enxergar, ouvir e/ou andar/subir escadas; acrescidos

daqueles que assinalaram “sim” quanto à “deficiência intelectual/mental”, nos termos do questionário da amostra do IBGE;

2) “pessoas com limitação funcional” (PLF) declararam ter apenas “alguma” dificuldade para enxergar, ouvir e/ou andar/subir escadas;

3) pessoas que não declararam qualquer tipo de deficiência e/ou incapacidade funcional (PsDLF).

Busca-se, assim, “apurar com mais precisão a dinâmica populacional e de inserção no trabalho de um contingente de pessoas com níveis maiores de limitação física, sensorial ou cognitiva, separando-o do conjunto de indivíduos com impedimentos “mais leves”” (Garcia e Maia, 2012, p. 3).

Apresentada a metodologia, a tabela a seguir a população com deficiência no Brasil apurada pelos Censos de 2000 e 2010:

Tabela 7 - População total, com deficiência e limitação funcional - Brasil

Classificação	Categorias	2000		2010	
		N (1.000)	%	N (1.000)	%
	Pessoa com deficiência	7.066	4,2	12.749	6,7
	Pessoa com limitação funcional	17.196	10,1	32.857	17,2
	Pessoa sem def. ou lim. func.	144.308	85,0	145.085	76,1
Total		168.570	100,0	190.691	100

Fonte: Censos Demográficos, IBGE. Site: perfilsocial.com.br

Analisando as categorias podemos observar que entre 2000 e 2010 houve um aumento expressivo no número de pessoas com deficiência ou limitação funcional, apresentando um aumento de quase 50% no número de pessoas com deficiência e um aumento de mais de 50% no número de pessoas com limitação funcional.

Porém, como observam Benevides e Moretto (2015, p.67):

Esse crescimento maior da população com deficiência parece estar relacionado à melhor captação da informação no Censo de 2010 do que num aumento significativo da população com deficiência, já que ocorreu queda significativa do número de sem declaração, o que sugere que os números de 2010 estariam mais próximos à realidade do que aqueles observados no censo anterior.

Considerando, assim, os dados do Censo de 2010, teríamos 12,7 milhões de pessoas no Brasil em 2010 (somando com os 32,8 milhões com limitação funcional, chega-se ao contingente de 45 milhões usualmente utilizado para dimensionar essa população)

A tabela abaixo apresenta alguns indicadores clássicos do mercado de trabalho quando se consideram as categorias de análise propostas.

Tabela 8 - População com deficiência segundo tipo de atividade - Brasil

Condição de atividade	2000			2010		
	PCD	PLF	PSDLF	PCD	PLF	PSDLF
População em Idade Ativa (N, 1000)	6.599	16.611	112.750	12.265	31.808	117.847
População Ocupada (N, 1000)	1.532	7.389	56.286	4.022	16.344	65.968
População Desempregada (N, 1000)	328	1.180	10.238	359	1.278	5.850
Taxa de Participação (%)	28,2	51,6	59,0	35,7	55,4	60,9
Taxa de Desemprego (%)	17,6	13,8	15,4	8,2	7,3	8,1

Fonte: Censos Demográficos, IBGE. Site: perfilsocial.com.br

Entre 2000 e 2010, houve um aumento considerável no número de pessoas com deficiência em idade ativa (dez anos ou mais). A taxa de participação – que mede os economicamente ativos no mercado de trabalho, procurando emprego ou trabalhando – da pessoa com deficiência teve um aumento de mais de 50% entre 2000 e 2010. Ao mesmo tempo, houve uma queda de mais de 50% no número de pessoas com deficiência desempregadas.

2.3 – Características do trabalho da pessoa com deficiência visual

Esse último item do trabalho se divide em duas partes: a) apresentação de dados sobre a inclusão das pessoas com deficiência com base no Censo e na RAIS; b) entrevistas com pessoas que possuem esta deficiência e já estão trabalhando.

2.3.1 – Dados do Censo e da RAIS

Os dados a seguir referem-se às pessoas com deficiência visual, ou seja, aquelas com total ou grande dificuldade em enxergar. A tabela 9 apresenta a taxa de participação – percentual daqueles economicamente ativos (PEA = ocupados + desempregados) em relação à população em idade ativa (PIA = aqueles com dez ou mais anos de idade⁴). Apresenta também a taxa de desemprego – percentual de desocupados sobre a PEA para as pessoas com e sem deficiência visual (ou qualquer outra) no Brasil em 2000 e 2010.

Tabela 9 - Taxa de participação e desemprego - Def. Visual, Brasil				
	Pessos com def. visual		Pessoas sem deficiência	
	2000	2010	2000	2010
Taxa de Participação	33,3	43,8	59,0	60,9
Taxa de Desemprego	17,3	8,4	15,4	8,1

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010, IBGE. Site: perfilsocial.com.br

Analisando a taxa de participação de 2000 até 2010 é possível observar que houve um aumento relativamente expressivo na participação da pessoa com deficiência visual economicamente ativa passando de 33,3% para 43,8%, enquanto a da pessoa sem deficiência passou de 59% para 60%, ficando praticamente estável. No mesmo período, houve uma queda relativamente maior no percentual de pessoas com deficiência desempregadas passando de 17% para

⁴ Atualmente tem se utilizado a idade 15 anos ou mais para definir a PIA. Mas, para manter a comparação com os dados gerais para o Brasil, optou-se por manter a faixa etária de 10 anos ou mais nesse item.

8%, caindo mais que pela metade, enquanto a da pessoa sem deficiência passou de 15% para 8%, sendo uma queda proporcionalmente menor.

Já a tabela 10 utiliza outra fonte, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, para dar um panorama do ano de 2010. Mesmo ano do Censo, mas importante observar que os critérios de cada levantamento são diferentes. Como observa Garcia (2016, p. 2) : “no caso do Censo Demográfico, a deficiência ou limitação funcional é o auto-declarada, enquanto que na RAIS tal condição é fornecida pelo empregador. Essa é uma diferença fundamental e que precisa ser considerada nas análises”.

Tabela 10 - Vínculos empregatícios formais e remuneração - Brasil, 2010			
	N.	%	R\$
Física	166.690	54,5	2.026,0
Auditiva	68.819	22,5	1.925,7
Visual	17.710	5,8	1.768,5
Mental/Intelectual	15.606	5,1	772,2
Múltipla	3.845	1,3	1.376,4
Reabilitados	33.343	10,9	2.107,3
Total PcD	306.013	100,0	1.922,9
Com deficiência declarada	306.013	0,7	1.922,9
Sem deficiência declarada	43.762.342	99,3	1.740,8
Total de empregos	44.068.355	100,0	1.742,0

Fonte: RAIS, 2010

Analisando o número de vínculos formais da pessoa com deficiência, podemos observar que há uma diferença muito grande na contratação desse

grupo, conforme a deficiência, sendo a maior parte das contratações de pessoas com deficiência física (54,5%do total). Também é possível analisar que há uma diferença relativamente expressiva de rendimentos, a depender da deficiência.

As tabelas abaixo apresentam, ainda com base na RAIS, a variação percentual dos empregos formais no total e pelo tipo de deficiência entre 2007 e 2016.

Tabela 11 - Número de vínculos e variação anual - Brasil - 2007-2016						
	Pessoas com Deficiência		Pessoas sem Deficiência		Total e participação PcD	
	N.	Var.	N.	Var.	Total	%
2007	347.041	-	37.260.389	-	37.607.430	0,9
2008	321.906	-7,2%	39.119.660	4,9%	39.441.566	0,8
2009	288.593	-10,3%	40.918.953	4,5%	41.207.546	0,7
2010	306.013	6,0%	43.762.342	6,9%	44.068.355	0,7
2011	325.291	6,2%	45.985.340	5,0%	46.310.631	0,7
2012	330.296	1,5%	47.128.416	2,4%	47.458.712	0,7
2013	357.797	8,3%	48.590.636	3,1%	48.948.433	0,7
2014	381.322	6,5%	49.190.188	1,2%	49.571.510	0,8
2015	403.255	5,7%	47.657.552	-3,1%	48.060.807	0,8
2016	418.521	3,7%	45.641.677	-4,2%	46.060.198	0,9

Fonte: RAIS, 2007 até 2016, Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil.

Tabela 12 - Variação percentual pelo tipo de deficiência - BRASIL 2007-2016							
	Física	Auditiva	Visual	Intelectual	Múltipla	Reabilitados	Total PcD
2007	50,5	28,3	3,0	2,4	1,7	14,1	100,0
2008	55,2	24,6	3,9	3,4	1,1	11,8	100,0
2009	54,7	22,7	5,0	4,5	1,2	11,8	100,0
2010	54,5	22,5	5,8	5,1	1,3	10,9	100,0
2011	53,6	22,6	6,7	5,8	1,3	10,1	100,0
2012	51,6	22,5	7,9	6,5	1,4	10,1	100,0
2013	50,7	21,8	9,4	7,1	1,5	9,5	100,0
2014	50,5	20,6	10,4	7,6	1,8	9,2	100,0
2015	49,8	19,7	11,6	8,0	2,0	8,9	100,0
2016	48,9	19,2	12,8	8,2	1,7	9,2	100,0

Fonte: RAIS, MTE, 2007-2016.

Embora a inclusão tenha aumentado nos últimos anos, proporcionando o aumento no número de PCDs contratadas de 347 mil, em 2007, para 418 mil, em 2016, a participação da desse grupo ainda é muito restrita, sendo entre os contratados a maior parte pessoas com deficiência física, depois com deficiência auditiva, vindo depois aquelas com deficiência visual, intelectual e múltipla.

A contratação da pessoa com deficiência auditiva sofreu uma alteração ao longo do período, com a diminuição proporcional do acesso das mesmas ao mercado de trabalho. Já em relação à deficiência intelectual as mudanças foram positivas, o que ampliou a contratação dos pertencentes a esse grupo. Em relação à deficiência visual houve também uma mudança positiva que se explica, ao menos em parte, pela inclusão nesse grupo dos portadores de visão monocular⁵.

Conforme apontam Garcia, Benevides e Alencar (2017, p.4):

Além das alterações na legislação, existem mudanças fora desse escopo que podem ajudar a explicar as tendências observadas, como (1) o recuo

5 A inclusão dos portadores de visão monocular, portanto, aumentou a participação da pessoa com deficiência visual no mercado de trabalho. Os portadores de visão monocular são todos aqueles que enxergam normal apenas com um dos olhos, possuindo deficiência apenas no outro. Porém, é importante ressaltar que a inclusão dos mesmos diminuiu o acesso da pessoa com deficiência visual “total” que se enquadra no processo de avaliação para a inclusão.

do emprego industrial e a participação no mercado das pessoas com deficiência auditiva, que majoritariamente, pela experiência daqueles que acompanham o processo de fiscalização, ingressam nesse setor; (2) a diminuição da desinformação e preconceito em relação às deficiências visual e intelectual. De início, tais condições eram vistas pelos empregadores como altamente incapacitantes para o exercício profissional, o que, felizmente, muda com o tempo; (3) a oferta de crédito para usuários com renda de 1 a 10 salários mínimos para aquisição de Tecnologia Assistiva (TA)⁶, no âmbito do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência -Plano Viver sem Limite⁷, especialmente para as pessoas com deficiência visual.

Para finalizar o trabalho, no próximo item apresenta-se um resumo das principais informações coletadas, por entrevista via e-mail, de quatro pessoas com deficiência visual que já estão trabalhando (o questionário utilizado está no Anexo I).

2.3.2 – Entrevistas de campo – qualitativas

6Lei nº 12.613 de 18 de abril de 2012. Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12613.htm.

Acessado em 11/12/2017.

7Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acessado em 11/12/2017.

Os dados apresentados até aqui fornecem um panorama da situação no trabalho das pessoas com deficiência. Apenas para “ilustrar” esse tema, foram entrevistadas quatro pessoas com deficiência visual que já trabalham. O resumo das informações colhidas é apresentado no quadro abaixo.

Quadro - Resumo das informações dos entrevistados		
	Entrevistado 1	Entrevistado 2
Idade	29	52
Sexo	Masculino	Feminino
Grau de instrução	Técnico	Mestrado
Cargo	Analista de Sistemas	Monitoramento Técnico
Função	Consultor de Acessibilidade	Coordena equipes emprego apoiado
Experiência profissional	Sim	Sim
Tempo trabalho atual	9 anos	8 anos
Crescimento profissional	Sim	Sim
Condições acessibilidade	Razoáveis	Suficientes
Utiliza recurso acessibilidade	Sim	Sim
Foi cedido pela empresa	Sim	Sim
Já se sentiu discriminado	Sim	Não
	Entrevistado 3	Entrevistado 4
Idade	36	39
Sexo	Masculino	Feminino
Grau de instrução	Graduação	Doutorado
Cargo	Analista Tributário	Servidora Pública
Função	Orientação Tributária	Técnica em Tecnologia Assistiva
Experiência profissional	Sim	Sim
Tempo trabalho atual	11 anos	4 anos
Crescimento profissional	Sim	Sim
Condições acessibilidade	Muito acessível	Bastante acessível
Utiliza recurso acessibilidade	Sim	Sim
Foi cedido pela empresa	Sim	Sim
Já se sentiu discriminado	Sim	Não

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas qualitativas feitas no âmbito da monografia.

Entre as quatro pessoas entrevistadas, duas eram do sexo feminino e duas do masculino. As idades variaram de 29 até 52 anos. Em relação à escolaridade, observou-se do nível técnico, passando pela graduação, mestrado e doutorado. Chama atenção o fato de três dos quatro entrevistados trabalharem com temas ligados à inclusão, na área de acessibilidade e emprego apoiado para pessoas

com deficiência. Outro dado interessante é que os recursos de acessibilidade utilizados em todos os casos foram cedidos pela empresa ou instituição contratante. Já as condições de acessibilidade, de maneira geral, das empresas variaram entre suficientes/razoáveis até muito/bastante acessíveis.

Dois dos entrevistados já se sentiram discriminados. Destacamos abaixo a fala de um deles sobre essa questão:

“Minha relação com os colegas é muito boa. Fiz muitos amigos onde trabalho durante esses anos.

Mas já fui perseguido por um superior e os motivos eram sim preconceito, porém sempre de forma velada. Mas coloquei o mesmo em seu lugar, pois na minha opinião discriminação tem muito haver com a postura do ofendido. Se torna mais fácil agredir de qualquer forma alguém que se coloca na postura de vítima fisicamente e psicologicamente.” (entrevistado 3).

Finalmente, vale também registrar uma colocação relacionada ao processo de inclusão de maneira geral, por ser muito correta.

“A inclusão das pessoas com deficiência acontece quando são removidas as barreiras físicas, comunicacionais e principalmente atitudinais. Um ambiente em que há recursos de acessibilidade torna-se naturalmente inclusivo. Se estas barreiras forem rompidas, as pessoas têm equiparação de oportunidades com os demais. Precisa ainda haver muitos

avançosem relação à inclusão no trabalho, pois ainda se tem a concepção de que o problema está na deficiência das pessoas, e não nas barreiras que elas enfrentam. Infelizmente, as pessoas com deficiência ainda são designadas como "pessoas especiais" que precisam de programas especiais de treinamento e contratação. Então este entendimento ainda precisa evoluir em direção à igualdade de acesso e ao pleno aproveitamento do potencial de todos, com ou sem deficiência, eliminando-se toda forma de discriminação". (entrevistado 4).

Considerações finais

Entre 2000 e 2010, como vimos na primeira parte do trabalho, tivemos muitas mudanças, entre elas a flexibilização no tripé macroeconômico, a diminuição da inflação, a queda da taxa de juros entre outras, as quais elevaram o nível de emprego, o que contribuiu e muito para a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, assim como para todos.

Historicamente, porém, podemos observar que foram muitas as dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência até alcançar sua inserção plena na sociedade e no trabalho. A pessoa com deficiência visual, particularmente, ainda passa por diversas dificuldades, mas as barreiras têm sido derrubadas dia a dia embora as condições de acessibilidade para esse público, mesmo com evolução, sempre precisem melhorar.

Referências Bibliográficas

Baltar e Leone – **O Mercado de Trabalho no Brasil nos Anos 2000** – Carta Social e do Trabalho – CESIT/IE/Unicamp - n. 19 jul-set de 2012

Brasil, 2010 – Censo Demográfico, Resultados da Amostra, IBGE.

GARCIA, V. G.; MAIA, A. GORI (2012). **A inclusão das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro em 2000 e 2010 – Panorama e mudanças em uma década.** XV Encontro Nacional ABEP, Anais.

Garcia (2014) – **Características ocupacionais, nível de rendimentos e perfil social dos trabalhadores com deficiência no Brasil** – Revista da ABET, Volume 12, N. 2, 2004.

Garcia (2016) - **A população com deficiência e o Benefício da Prestação Continuada (BPC)** – Site Brasil Debate – acesso em 04/02/18 - <http://brasildebate.com.br/a-populacao-com-deficiencia-e-o-beneficio-da-prestacao-continuada-bpc/>.

Oreiro (2011) - **Crescimento e Regimes de Política Macroeconômica: Teoria e Aplicação ao Caso Brasileiro (1999-2011)** – X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, Anais.

Quadros (2008) – **A Evolução Recente da Estrutura Social Brasileira.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas/SP, n. 148, nov.2008.

Sasaki (2005) – **Inclusão: o paradigma do século XXI** - revista *Inclusão*, da Seesp/MEC, ano I, n. 1, out. 2005.

Serrano e Suma (2011) – **Política Macroeconômica, Crescimento e Distribuição de Renda na Economia Brasileira dos Anos 2000** – Observatório da Economia Global, número 6, Março de 2011.

ANEXO 1 – Instrumento de Campo – questionários para as entrevistas de campo.

Dados gerais

1. Qual sua idade e gênero?
2. Qual seu grau de instrução e em que área?
3. Qual é o cargo/função que exerce?
4. A deficiência visual foi congênita ou adquirida?

Características do Trabalho

5. Teve outras experiências profissionais anteriores a atual?
6. Como foi o processo para ingresso na empresa em que trabalha?
7. Há quanto tempo está no trabalho atual?
8. Quais são suas principais funções no cargo que exerce?
9. Avalia que há perspectivas de crescimento profissional?

Trabalho e Deficiência

10. Quais são as condições de acessibilidade no seu local de trabalho?

8 As entrevistas foram realizadas entre Novembro e Dezembro de 2017. Dos cinco questionários enviados, apenas um não respondeu.

11. Utiliza algum produto, equipamento ou programa?
12. Se sim, este foi cedido pela própria empresa?
13. Necessita da ajuda de terceiros para sua atividade diária?
14. Se sim, quem é essa pessoa?
15. De modo geral, como é sua relação com os colegas de trabalho?
16. Já se sentiu, de alguma forma, discriminado (a)?
17. Se sim, em qual situação?
18. Como avalia, em termos gerais, a questão da inclusão das pessoas com deficiência no trabalho?
19. Gostaria de fazer algum comentário adicional?